

Há seis anos o caso está na justiça e sem desfecho

Sete raparigas lutam em Manica para sair de casamentos arranjados pela Igreja

Por André Catueira, em Chimolo

Sete raparigas, dos oito aos 12 anos, iniciaram uma ferrenha luta há cinco anos na justiça na província de Manica, para desfazer casamentos – com o líder e seu filho – arranjados pela seita religiosa Johan-Marange, muito famosa por recusar a medicina convencional e permitir casamentos polígamos e prematuros, com crianças menores e esposas de crentes, mas até agora sem desfecho.

O caso conhecido por “rabequinha” ficou famoso quando as raparigas, assistidas pela organização não governamental de defesa da mulher (Lemusica), desencadearam em 2011 uma luta judicial para sair de casamentos polígamos, arranjados pela Igreja em 2006, como forma de legitimar a filiação dos seus pais à seita, tendo sido seis delas entregues ao líder provincial de Manica e uma ao seu filho.

“Sobre este caso nem água vai e nem água vem, até hoje não tem desfecho, isto é muito triste”, lamentou Cecília Ernesto, oficial de raparigas na organização não governamental Levanta Mulher e Siga o seu Caminho (Lemusica), mostrando-se angustiada com o tratamento da justiça, em particular neste processo.

Geralmente, o pastor da Igreja Johan-Marange tem a obrigação de casar com a filha e ou esposa dos crentes, assim que sonhar com elas. Os membros não têm o mesmo direito.

A história

Aos oito anos de idade, em 2006, “rabequinha” foi obrigada a viver maritalmente com um homem polígamo, com três mulheres, em cumprimento “dos mandamentos bíblicos” da seita Johan-Marange, e para legitimar a filiação do pai à igreja.

Já no lar, na zona de Gacamira (distrito de Vanduzi), e com frequentes agressões físicas por não fazer alguns trabalhos forçados, em benefício das mulheres mais velhas, e por “fugir” das “obrigações sexuais”, o caso da rapariga foi parar num grupo de escuta da Lemusica, que tratou de denunciá-lo.

O caso foi tornado público em Agosto daquele ano, quando a menor foi espancada pelo pai, que a forçava a regressar à casa do noivo, depois de ter fugido por duas vezes, para escapar às tentativas de violência sexual, protagonizadas pelo “prometido”.

A organização assistiu a rapariga e, devido aos ferimentos, levou-a para tratamentos médicos num hospital de Vanduzi, tendo depois



Meninas resgatadas num abrigo da Lemusica

referenciado a rapariga para um dos seus centros de acolhimento, para crianças vítimas de casamentos prematuros, para a sua reabilitação e posterior reintegração na sua comunidade.

Enquanto era reabilitada, “rabequinha” denunciou a existência de outras seis menores (incluindo duas irmãs suas, uma prima e outras três crianças conhecidas) na sua condição na casa do líder provincial da seita Johan-Marange e que estariam a precisar de ajuda para saírem dos “horrores” a que eram submetidas no novo lar.

Uma apurada investigação foi conduzida pela organização, que conseguiu resgatar todas as seis raparigas remanescentes, completando o número de sete raparigas envolvidas naquele casamento forçado, tendo acolhido as raparigas, na altura dos oito aos 12 anos, no centro para assistência às vítimas crianças. Para arranjar o casamento, o pai de cada uma recebeu do homem 100 meticais. O valor foi depois devolvido à família para a reabilitação das raparigas e a posterior reintegração das crianças na sociedade e escola.

“Depois da reabilitação, já em 2012, aos 14 anos de idade enquanto aguardava por um desfecho na justiça para desfazer o casamento arranjado (num processo que tinha iniciado em 2011), a rabequinha foi reintegrada (cumprindo a norma

dos cinco anos para reabilitação na organização) na sua comunidade. O pastor foi novamente exigir a rapariga e o pai teve de ceder e voltou ao casamento”, explicou Cecília Ernesto.

A rabequinha ficou grávida no mesmo ano, tendo sofrido aborto, por falta de estrutura física, contou a fonte. Ela viria a ter uma segunda gravidez em poucos meses, mas o menor (filho) veio a perder a vida. “Nós entramos com uma acção a favor de todas as sete raparigas. O nosso governo não se pôs a pau, não se esforçou, nós fizemos todo o esforço de reunir a equipa multissectorial e seguir o caso, custeando as despesas para o desfecho do caso, mas nada. Não sabemos que vida levam aquelas raparigas hoje”, frisou Cecília Ernesto.

A Lemusica reuniu a equipa multissectorial, que incluiu a Polícia, Procuradoria e a Saúde, e deslocou 100 quilómetros de Chimolo até Púnguè-sul, para em conjunto traçar estratégias de penalizar ou responsabilizar os líderes da igreja envolvida, “mas tudo em vão”.

Procuradoria apadrinha?

Ao que o SAVANA apurou, o processo está há quase seis anos na Procuradoria, sem desfecho, prejudicando severamente as raparigas, que depois da reabilitação, foram forçadas a voltar a viver com os maridos polígamos e arranjados, depois que foram reintegradas pela

Lemusica nas comunidades de origem, sob olhar impávido das autoridades.

O jornal contactou, a 17 de Maio último, a Procuradora-chefe da cidade de Chimolo, Ana Paula Correia, que conduziu o processo das raparigas desde a denúncia do caso e a formação da equipa multissectorial que investigou a situação das raparigas, tendo nos remetido à Procuradora-chefe provincial para termos um aval para ela se pronunciar.

Na mesma data contactámos o gabinete da Procuradora-chefe provincial de Manica, Ângela Tembe, que, através da secretária executiva, garantiu-nos telefonar, logo que a responsável estivesse disponível para receber a nossa equipa de reportagem.

Dois dias depois, ou seja, a 19 de Maio, voltamos ao gabinete da Procuradora-chefe provincial de Manica, num acto de insistência, quando fomos remetidos ao porta-voz da instituição, Inácio Vumbuca, que pediu duas horas para se inteirar do processo, prometendo retornar com uma chamada telefónica.

Na segunda-feira 22 de Maio, foi feita mais uma insistência, visto que não tinha sido retomada a ligação a que esperávamos 72 horas depois, o que sucedeu até 21 de Junho, a data do fecho desta edição, apesar de inúmeras insistências sobre o assunto.

A “fuga” das autoridades neste caso sugere que a procuradoria faz pouco caso para a situação dos casamentos prematuros, desleixando as suas atribuições, e pontapeando as pretensões do Governo de verem reduzidos os casos do género.

Moçambique possui uma das taxas de casamentos prematuros mais elevadas do mundo, afectando uma a cada duas raparigas, e a segunda maior taxa de casamentos prematuros na região sul da África, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Em Moçambique, 14% das mulheres entre 20 e 24 anos de idade casaram-se antes dos 15 anos e 48% antes dos 18 anos, segundo dados do UNICEF, que em conjunto com o Governo lançaram em Abril passado a “Estratégia Nacional de Prevenção e Combate aos Casamentos Prematuros (2016-2019)”.

Cem resgates

Aquela organização não governamental resgatou 105 meninas menores de 12 anos de idade que tinham sido dados em casamentos na província central de Manica nos últimos 15 meses.

Os dados da Lemusica indicam que em 2016, ao todo, 100 rapari-

gas foram dadas em casamentos a homens adultos, quatro ou cinco vezes mais velhos, e ou polígamos, na maioria dos casos devido à pressão económica na família.

Já nos primeiros três meses de 2017, outras 25 raparigas, a maioria órfãos e vulneráveis, foram tiradas das casas dos progenitores para chefiar lares de homens adultos, cortando sonho e futuro das crianças, segundo Cecília Ernesto, oficial de programas na área da rapariga na organização não governamental Lemusica.

“Nos 100 casos de 2016, resgatámos 80 raparigas e este ano todas as 25 raparigas foram resgatadas com sucesso, o que totaliza 105 raparigas menores de 12 anos de idade resgatadas dos casamentos e que estão nos nossos lares de abrigo e reintegradas no ensino”, precisou Cecília Ernesto.

Outras 20 raparigas foram transferidas ou mudaram da zona de residência, quando a organização iniciou a sua intervenção para um processo judicial, tendo este grupo perdido assistência nos cinco distritos de intervenção da Lemusica, nomeadamente, Gondola, Chimolo, Bárúè, Manica e Vanduzi.

As meninas resgatadas foram reintegradas pela Lemusica no ensino e recebem apoio psico-social para depois da reabilitação enfrentarem a sociedade com outros ares, disse.

Apesar dos números de resgate, prosseguiu, a sociedade precisa tomar consciência sobre o mal que protagoniza as raparigas ao oferecer em casamento a homens adultos com posse, ou por um simples dote oferecido à família da menina.

“Nós como sociedade civil temos de arregaçar as mangas para travar este mal. Precisamos realizar os sonhos das crianças e responsabilizar os agressores”, precisou Cecília Ernesto, que pediu uma intervenção mais prática do sistema de justiça.

O lobolo, um ritual tradicional que vigora um pouco por todo o país – onde um dote (em espécie ou dinheiro) se oferece à família da rapariga como símbolo matrimonial – tem vindo a emperrear as denúncias de casos de violação sexual de menores e casamentos prematuros em Manica, referiu.

“Nós continuamos a apelar à sociedade para garantir o futuro das raparigas e não entregá-las em casamentos na inocência”, sublinhou. A ONG criou até agora nove grupos de escuta e denúncia, constituídos por chefes de famílias e líderes comunitários, junto às comunidades e escolas, constituídos por 450 jovens, das quais 300 raparigas, cuja missão é descobrir casos de abuso sexual de menores e casamentos prematuros e denunciar.